



ANEXO VII



63

**MERCOSUL/RAADH/
GT PROMOÇÃO E CUMPRIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA/ATA 02/08**

Realizou-se na cidade de Porto Alegre/RS, Brasil, no dia 01 de setembro de 2008, a Reunião do Grupo de Trabalho "Promoção e Cumprimento dos Direitos Humanos Das Pessoas com Deficiência" com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como Estados Parte e do Chile e Venezuela como Estados Associados.

A lista das delegações, sociedade civil e de órgãos governamentais brasileiros participantes, se encontra no **Anexo I** da presente Ata.

A representante da delegação brasileira, Izabel Maior, deu as boas vindas a todos os presentes. Apresentou-se como membro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, onde exerce o cargo de Coordenadora Geral para Inclusão da Pessoa com Deficiência, ligada ao Gabinete do Ministro Paulo Vannuchi. Apresentou a Senhora Niusarete Margarida de Lima como sua substituta e responsável pelo Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência da área.

Apresentou também a Senhora Ângela Canabrava Buchmann, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, onde representa o Conselho Nacional de Engenharia e Arquitetura-CONFEA, que tem vaga permanente naquele conselho.

Izabel Maior ressaltou que o GT foi um sonho da sociedade civil iniciado no Paraguai contando com o apoio do Ministro Vannuchi para que se tornasse uma realidade.



O GT foi formalizado durante a 2ª Reunião da RAADH, realizada em Buenos Aires – Argentina em 03 de junho de 2008 onde aconteceu a sua 1ª. Reunião.

Lembrou que na 1ª. Reunião do GT houve acordo dos Estados Parte e Associados para que a sociedade civil pudesse participar das reuniões com direito a voz. Agradeceu a presença dos representantes da Sociedade Civil e perguntou aos representantes dos países se concordavam que a Sociedade Civil se manifestasse durante a reunião e não somente ao final ao que houve concordância.

A seguir, houve a apresentação dos membros de cada delegação e da sociedade civil conforme consta da lista de presença (anexo I).

Nesta etapa da reunião os membros da sociedade civil além se apresentaram trouxeram algumas informações conforme segue:

O Senhor Bertilo R. Stein - Delegado do Fórum da População Adulta em situação de rua de Porto Alegre, informou sobre a realização do fórum de direitos humanos, preparatório para a escolha de delegados para a Conferência Nacional dos Direitos Humanos.

Flavia Vital e Marcos Pelegrini apresentaram-se como Centro de Vida Independente de São Paulo Aracy Nalin e assessores da Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Informaram sobre a realização no período de 10 a 14 de setembro de um Encontro com Países Lusófonos (Língua portuguesa) onde será discutida a implementação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU.

Em seguida foi apresentada e aprovada a pauta da reunião (anexo II).



A delegação brasileira fez a leitura do Anexo III da 1ª. Reunião do GT onde constam objetivo geral, a meta, as ações e os atores envolvidos.

O representante do Chile observou que o nome do GT deveria ser corrigido na agenda apresentada, devendo constar o nome estabelecido na reunião anterior.

A delegação brasileira informou que o GT havia sido colocado no turno da tarde para que as discussões, caso necessário, pudessem se prolongar até 21 horas, considerando que na reunião anterior faltou tempo para aprofundar os pontos de pauta. Todos concordaram.

Passou-se a discussão dos pontos 1 e 2 da agenda (anexo II).

A delegação brasileira mencionou a realização da Reunião do Comitê da Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as pessoas com deficiência da OEA que ocorreu em Brasília, de 28 de julho a 01 de agosto de 2008.

Ressaltou que foi uma honra para o Brasil sediar a referida Reunião em parceria com o Departamento Jurídico, dentro dos princípios adotados pela OEA. Informou que até aquela data 17 países haviam ratificado a convenção e que estiveram presentes 9 países.

Entre as deliberações, os países signatários da Convenção da OEA se comprometeram em aportar recursos para o Comitê com vistas a enfrentar a situação em que os países não pudessem arcar com as despesas dos especialistas que os representam.



Comunicou que os informes preliminares relativos a reunião já estavam no site da OEA e que os países têm o prazo de até 15 de setembro para modificações e colaborações ao texto.

A delegação argentina, comunicou que iriam encaminhar sugestões considerando que os informes deixaram de incluir aspectos importantes levantados por seu país.

A delegação brasileira informa que todas as observações deveriam ser efetuadas junto a OEA considerando que o Brasil apenas sediou a Reunião do Comitê.

A delegação do Paraguai informou que finalizou o processo de ratificação da Convenção da ONU logo após a promulgação da Lei no.3.540.

A delegação da Argentina informou que já haviam ratificado a convenção da ONU em 06 de junho, com status quase igual à Constituição do país, de acordo com o artigo 75 inc. 22 da Constituição, mas que ainda estavam aguardando o depósito na ONU. Informo ainda que a convenção foi encaminhada a todos os ministros do país como um instrumento político para que houvesse um maior envolvimento de todos e não apenas dos ligados a área social.

O representante do Chile informou que seu país havia ratificado a Convenção da ONU em 1º de julho.

A representante do Brasil historiou o processo de ratificação da Convenção informando que de acordo com a Emenda 45 de 2004, os Tratados Internacionais de Direitos Humanos quando aprovados com 3/5 dos congressistas em duas votações na Câmara e Senado passam a ter equivalência constitucional. A Convenção da ONU foi o primeiro instrumento de



Direitos Humanos adotado dessa maneira. O Brasil foi o 34º. País a ratificar a Convenção e o 20º no caso do protocolo facultativo em 1º. de agosto de 2008.

O representante da Venezuela informou que seu país ainda não havia ratificado a convenção da ONU e sim a da OEA.

O representante do Chile comentou a necessidade de definição de parâmetros para avaliar a evolução dos países no cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência.

A delegação brasileira ressaltou a importância da participação da sociedade civil brasileira, com direito a voz junto ao Comitê da OEA.

Comentando sobre os pontos do informe da OEA lembrou que além da convenção da ONU os demais países da América também deveriam ratificar a convenção da OEA de 1999 além de envidar esforços para o cumprimento do programa de ação da década das Américas pelos direitos e dignidade das pessoas com deficiência.

A delegação da Argentina concordou com as observações da representante do Brasil e enfatizou que o plano de ação da década da OEA contempla os pontos mais importantes para serem implementados pelos países e que deveria haver uma maior difusão do referido instrumento. Para isso ressaltou a importância da ajuda mútua entre os países.

Na seqüência, a representante do Brasil informou que o país participou da elaboração do plano contando com a colaboração da sociedade civil, dos conselhos de direito da pessoa com deficiência e que foram incorporadas ao plano grande das sugestões encaminhadas pelo Brasil, pela Venezuela e pela Argentina.



A delegação argentina comentou que muitas vezes as políticas não avançam não é somente por falta de recursos financeiros, mas sim por falta de maior visibilidade, conscientização e sensibilização tanto dos gestores como da sociedade como um todo. Citou como exemplo Lei de Cheques.

A representante do Uruguai informou que receberam os informes e recomendações do Comitê Interamericano da OEA e que já enviaram suas observações pontuando que está em fase de reformulação a Lei 16.095 referente ao sistema de Atenção Integral a todas as pessoas com deficiência, que contempla o previsto na Convenção da OEA.

Em 2007 foi realizada uma campanha de sensibilização áudio visual e impressa.

No segundo semestre de 2008 o Ministério de Desenvolvimento Social aprovou um montante de US\$250.000 para uma campanha de informação e sensibilização por meio da TV, Radio, jornais, cartazes em todas as vias públicas e nos meios de transportes.

No âmbito do programa nacional de deficiência, existe um serviço estruturado com equipe multidisciplinar de capacitação permanente sobre deficiência dirigido a pessoas da área da saúde, professores, funcionários públicos e sociedade como um todo.

Além disso, no Uruguai estão cumprindo as normas de proteção, principalmente no que se refere a cotas no mercado de trabalho público.

O representante da Venezuela informou que seu país vem desenvolvendo campanhas de conscientização na televisão, abordando o tema como tratar as pessoas com deficiência, apresentou a Revista "Venezuela Livre de Barreiras".



Além disso, estão capacitando pessoas em língua de sinais para que haja uma melhor inserção das pessoas com deficiência auditiva no mercado de trabalho. Citou que as capacitações são efetuadas pelo Instituto de Capacitação de Pessoas com Deficiência (CEFPROD) de acordo com as necessidades específicas de cada pessoa. Estão capacitando também profissionais para o atendimento às pessoas com deficiência.

A representante da Argentina, perguntou ao representante da Venezuela sobre a Certificação que estava citada na revista ao que o mesmo respondeu tratar-se de um instrumento importante para que os Venezuelanos com deficiência tivessem acesso aos direitos estabelecidos na lei.

Ressaltou também a importância da sensibilização dos funcionários das carreiras executivas por meio de campanhas de conscientização da sociedade para as questões relativas as pessoas com deficiência principalmente as pessoas cegas, surdas que têm maiores dificuldades.

Informou que estão realizando Oficinas nas empresas para formar empregados em Língua de sinais para melhor atender e interagir com as pessoas com deficiência (têm reserva de 5% das vagas no mercado de trabalho).

Citou programas como o Aí no lugar, que incentiva a criação de serviços no interior para que as pessoas permaneçam onde moram com estratégias territoriais adequadas que permita que a acessibilidade, por exemplo, cheguem aos os lugares mais difíceis - estão introduzindo os circuitos acessíveis nos municípios - transportes acessíveis - para que todos possam chegar a todos os serviços. Lembrou das dificuldades das pessoas com deficiência que vivem em cidades distantes da capital muitas vezes necessitando dos serviços ali existentes considerando que não há profissionais para o atendimento onde vivem.



Ressaltou que a questão da inclusão social é ponto de pauta em todas as mesas de discussão, mas que ainda carece de efetividade.

Brasil comentou sobre os avanços quanto às normas nacionais nos Estados e municípios brasileiros, mas que ainda há necessidade de avanços. Que a maioria dos serviços está nas grandes capitais e que precisam ser descentralizados para que possam atender a todos. Citou o investimento na Rede de Coordenadorias Estaduais das 26 Unidades da Federação e Distrito Federal – entretanto com níveis diferenciados e nem todos ligados a área de direitos humanos – algumas ainda na área da assistência social.

Outra estratégia para efetivação da Política de Inclusão é a Rede de Conselhos dos Direitos das pessoas com deficiência – seguindo o formato/diretrizes do Conselho Nacional – paritário, governo e sociedade civil com representação de todos os tipos de deficiência e entidades de defesa de direitos e que prestam serviços às pessoas com deficiência, além de todos os Ministérios.

Esta Rede ainda se encontra incompleta faltando a região mais difícil – Amazônia onde os Conselhos ainda não estão efetivados. Citou também as dimensões geográficas do Brasil que tem 5.564 municípios e que requerem estratégias diferenciadas para os 189 milhões de habitantes.

A representante da Argentina comentou que para cada 10 habitantes há um com deficiência e que os profissionais da saúde não têm formação específica na área; necessitam de médicos da famílias para melhor atender as pessoas; que os profissionais habilitados acabam ficando nas capitais agravando a falta de profissionais para atendimentos nas cidades do interior – áreas rurais por exemplo.

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left, several smaller initials, and a signature in the center-right that includes the number '8'.



A delegação brasileira alerta para a necessidade de incluir a temática nos currículos de graduação e que até que isso aconteça que se discuta em todos os encontros, seminários específicos.

Argentina e Brasil deixam como Proposta:

- 1) que os países dediquem atenção especial ao interior.
- 2) Incluam o tema nos congressos das distintas áreas e especialidades.
- 3) Que pelo menos naquelas atividades que recebam recursos públicos se considerem a questão dos direitos da pessoa com deficiência em todas as áreas.
- 4) Enfatizar a capacitação nas escolas técnicas.
- 5) Incentivar a indústria nacional na área de ajudas técnicas.

Argentina comentou sobre vários programas de produção tecnológico nos centros que tratam de pesquisas e desenvolvimento de produtos para autonomia de pessoas com deficiência.

O representante da sociedade civil do Brasil disse que em São Paulo as residências populares construídas, financiadas com recursos públicos respeitam as normas e o Desenho Universal.

O representante do Uruguai comentou que a política de acessibilidade não é formal e que lá funciona uma Comissão Honorária contra qualquer forma de discriminação.

A representação da Argentina disse que têm um Plano Nacional de Acessibilidade, para que não haja mais construção sem considerar a acessibilidade em todos os níveis mas que tudo é um processo. Em Buenos Aires, quando um estabelecimento que tenha mais 30 mesas tem que tem banheiro adaptado no mesmo nível.



72

A representante do CONADE- Brasil lembrou que nos países que já tem marco legal estes dão conta do cumprimento do processo.

Assim, sugere como recomendação que ao fazer as adaptações que a lei recomenda a inclusão seja considerada de forma plena.

Argentina comentou que os países não devem mais comprar ônibus que não seja acessível. Comentou da necessidade de um acordo entre os países para que não adquiram veículos entre si sem o quesito acessibilidade estar respeitado, citando como exemplo Argentina e Brasil. Comentou que as províncias do interior acabam comprando os ônibus mais baratos das Capitais - sem acessibilidade.

CONADE/CONFEA do Brasil ressaltou que a normativa e a capacitação ainda vai demorar para efetivar o cumprimento da acessibilidade. O grupo discutiu a necessidade do estabelecimento de mecanismos mais efetivos (punições, multa) lembrando que o problema não é legislação e que com a convenção da ONU como um marco referencial – cada cidadão vai ser um fiscal.

A seguir, Brasil, entrega a Convenção comentada como uma colaboração da sociedade civil solicitando a Flavia Vital, do CVI Araci Nalin, como uma das organizadoras para falar sobre o trabalho.

A sociedade civil resalta que ela e o governo brasileiro tem feito um bom trabalho em parceria – sem isso nenhuma ação teria efetividade.

Ressaltou que 2008 é o 1º. Ano que a deficiência tem vida própria no país. O Presidente da república priorizou a questão. Enfatizou que as pessoas com deficiência tem que divulgar o tema para a sociedade como um todo e não apenas para “de Nós para nós” citando o fato do Clube Botafogo de futebol , no Brasil ter feito a adesão a campanha do CONADE Acessibilidade Siga essa



idéia, aceitando divulgar a campanha em várias de suas atividades. Comentou sobre as atividades da semana, como a dos jogadores terem entrado em campo acompanhados por adolescentes com deficiência e com uma faixa com o slogan da campanha.

A seguir, comentou sua preocupação com a acessibilidade na informação alertando aos presentes quanto a necessidade de pensar a usabilidade dos espaços da comunicação e informação.

Não adianta construir rampas que não se pode usar- a usabilidade dos espaços é que é importante.

A sociedade civil comentou sobre a empregabilidade da pessoa com deficiência lembrando que o Brasil tem muitas realidades e que em São Paulo tem muitas realidades. Comentou que o desenvolvimento das regiões deve ser pensado sob 2 formas :

- 1) Considerar as atividades econômicas – para melhorar – dar condições para viabilizar o desenvolvimento da região.
- 2) Em todas as atividades tem que ser considerada as pessoas com deficiência. Numa pesquisa quanto as necessidades da população a pessoa com deficiência deve estar inserida como qualquer outro cidadão.

Citou a importância do desenvolvimento sustentável e que não se pode esquecer de que o desenvolvimento das ajudas técnicas deve estar em sintonia com os recursos e condições locais.

A sociedade civil brasileira sugeriu como indicador de respeito aos direitos da pessoa com deficiência de um local – o transporte existente – que pode ser considerado como referencia para atenção que o local está sendo dado as políticas.



Também, distribui material sobre o trabalho que vêm desenvolvendo. Aplausos para eles.

Brasil agradece a sociedade civil e pede que fale sobre as tecnologias assistivas que ele vem desenvolvendo para dar acessibilidade as pessoas com deficiência utilizando as suas próprias dificuldades como parâmetro.

A representante do Uruguai reforçou dizendo que também têm dificuldade no cumprimento da Legislação e que espera que até o final do ano já tenha ratificado a convenção da ONU.

O representante do Chile lembrou que uma das principais dificuldades que têm para a aplicação da Convenção da ONU é a invisibilidade da deficiência e o desconhecimento, por parte da sociedade quanto as barreiras que existem para que essas pessoas possam exercer e gozar de seus direitos. No Chile, além da atualização das normas, coordenação de políticas e programas o FONADIS – Fundo Nacional da Deficiência adotou como estratégia em primeiro lugar a sensibilização e capacitação dos atores sociais e públicos. A seguir, pretendem avaliar e informar publicamente o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência nas diversas áreas da sociedade e com isso gerar um índice de inclusão social que permita oferecer um Selo de Inclusão para as distintas áreas – saúde, educação, escolas inclusivas, empresas inclusivas, serviços etc..) sem deixar de lado o papel fiscalizador e de defesa de direitos que lhe compete.

Como Boas Práticas destacadas pelos países, Brasil destacou a atitude do Botafogo aderindo a campanha da acessibilidade, das renomadas personalidades do futebol, como Paulo Victor, Jairzinho – o furação da década de 70, de Roberto Dinamite. Neste momento apresentou o vídeo institucional da Campanha que foi aplaudido por todos.



A delegação brasileira apresentou a revista Turma da Mônica e Turma do Bairro ressaltando a importância da Informação como instrumento de inclusão social e detalhou os objetivos da adesão dos Clubes esportivos à Campanha do CONADE. Informou aos presentes que a Campanha pode ser encampada por outros países desde que mantenham contato com o CONADE no Brasil e mantenham essa referência.

Quanto a proposta do representante do Chile sobre a criação do Selo Inclusão, Brasil lembrou que seria interessante o mesmo se comprometer a apresentá-lo na próxima reunião, ficando como uma das propostas de agenda.

Todos os presentes reforçaram a importância do papel da informação e comunicação para efetivar a inclusão social.

Nesse sentido, Brasil resalta a importância de sabermos encantar ao nosso parceiro informando e orientando quais as medidas que eles podem tomar/efetivar sem envolver recursos financeiros para melhorar a acessibilidade em suas atividades. Depois disso a eliminação de barreiras vem como consequência do processo educacional.

Argentina perguntou sobre o estágio que está nos países a questão das legendas nos programas de TV e Filmes dizendo que na Argentina têm uma legislação sobre o assunto mas que ainda têm dificuldade.

A delegação do Brasil informa que nas campanhas eleitorais nem todos os candidatos incluem a língua de sinais mas a legenda já está incluída ressaltando a acessibilidade nas urnas eleitorais para pessoas com deficiência visual.

13



76

A sociedade civil comentou sobre o processo educacional que vem acontecendo nos colégios de Porto Alegre, para alunos e pais quanto a mobilidade e proteção no trânsito e travessias.

Brasil informou sobre as atividades do sistema Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CONFEA) como Boas Práticas comentando: quanto a inserção de conteúdos programáticos nos currículos de graduação, pós-graduação e extensão são da competência do Sistema de Ensino, conforme previsto na Lei nº 9.394, de 1996. O Confea tem apoiado eventos de capacitação dos docentes de cursos correlatos à área, como podemos constatar pela ação da ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura, que já realizou sete seminários regionais, especificamente com a função de capacitar o corpo docente dos cursos de Arquitetura e Urbanismo de todo o país, inclusive com publicação de material de apoio.

Destacamos que no caso da graduação, está previsto no campo de atuação profissional da Arquitetura e Urbanismo, constante da Resolução nº 1.010, de 2005, do Confea, a exigência de conhecimentos formativos para a concessão de atribuições na área da acessibilidade de espaços.

No caso da pós-graduação, o Ministério das Cidades, em parceria com este Federal na formulação do Programa Brasil Acessível, incentiva pesquisas na área da acessibilidade em espaços urbanos.

Constataram que vem crescendo de forma significativa ações efetivas para o cumprimento dos normativos à questão acessibilidade no sistema Confea/Crea, desde capacitação, instrumentos de alerta (ART – anotação de Responsabilidade técnica) e, por fim, a conseqüente punição aos profissionais que descumprem o normativo – ao ser denunciado, o profissional pode sofrer as sanções legais por imperícia através das comissões de ética dos Creas e,



em segunda instância, pelo Confea, através da CEEP – Comissão de Ética e Exercício Profissional.

Ao Sistema Confea/Crea, por sua natureza, não compete criar ou expedir “selo de qualidade” para edificações e espaços públicos ou para quaisquer obras e serviços profissionais no âmbito da sua fiscalização, mas, conforme já foi relatado em articulação com das Entidades de Classe afetas às categorias do sistema, poderá contribuir com o CONADE para implementação deste instrumento.

Informamos que aprovação de projetos e o seu respectivo alvará de funcionamento são da competência do Poder Executivo Municipal, no entanto os servidores, enquanto profissionais vinculados ao Sistema Confea/Crea, cientes da legalidade e a obrigatoriedade da responsabilidade técnica devem efetuar o registro de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART competente dos projetos e execuções referentes à acessibilidade, previstas no Decreto nº 5.296, de 2004. Mais uma vez ressaltamos que convênios entre Crea e prefeituras possibilitam a implementação desta ação.

Destacamos a seguir algumas ações concretas do Confea e dos Crea's com o objetivo de inserir as questões afetas à acessibilidade em todas as instâncias dos conselhos e conscientizar os profissionais e toda a sociedade quanto à importância do atendimento às normas vigentes que se referem à acessibilidade, de forma a garantir o acesso pleno de pessoas deficientes em obras e serviços de Engenharia e Arquitetura:

1. Adequação de infra-estrutura – O Confea tem um programa de apoio aos Creas para implementar obras nas sedes de inspetorias e regionais, de forma a readequar as instalações, com vistas ao atendimento das normas de acessibilidade.
2. Realização de Seminários e eventos com o tema Acessibilidade: Responsabilidade Profissional em parceria com Entidades de Classe.



78

3. Divulgação nos meios de comunicação a legislação e os eventos que abordem as questões relativas a acessibilidade.
4. Adequação do formulário de ART – campo específico no qual o profissional declara sua ciência em relação às Normas de Acessibilidade. Palestras, Capacitação profissional (oferta de cursos para a qualificação dos profissionais das áreas tecnológicas e também dos agentes de fiscalização).
5. Parceria entre os agentes de fiscalização e o Ministério Público e as Prefeituras Municipais em obras e serviços para verificação dos dispositivos de acessibilidade.
6. Instalação de Comissões e GT Acessibilidade nos Crea's, que por sua vez implementam Programas de Acessibilidade.
7. Uma quantidade significativa dos Crea's publicaram manuais que orientam os profissionais sobre a aplicação dos normativos.

Por fim, ressaltou que já foram efetivados Convênios de Cooperação Técnica entre os Crea's e os Ministérios Públicos Estaduais e, em alguns casos, entre os Crea's e as Prefeituras Municipais para realizar ações de fiscalização integradas de modo garantir o cumprimento dos normativos em vigor.

Brasil Informou sobre o levantamento junto ao MCExterior – para verificar de que maneira o sistema de exportação de carrocerias de ônibus poderia ser efetuado com controle para que houvesse respeito as quesitos de acessibilidade, respeitando as normas previstas no Decreto 5296/04 do Brasil e de que forma poderia estabelecer incentivos aos fabricantes.

A representante da Argentina voltou a comentar sobre a necessidade de um levantamento da demanda de outros países junto ao Brasil para aquisição desses veículos.

O representante do Chile lembrou que também compram do Brasil.



79

A delegação brasileira informa que a nova Norma da ABNT, que entra em vigor em outubro de 2008, não permite mais a fabricação do sistema anterior de carroceria – sem acessibilidade e que os estudos citados, sobre as alternativas de renúncia fiscal, taxas e impostos seria encaminhado ao Ministério do Comércio e Exterior.

No item Ajudas Técnicas, informa sobre as tabelas de órtese e prótese existente no Brasil e sobre o nível de complexidade para os diferentes tipos de tratamento (cirurgias mais complexas).

Argentina enfatizou a importância de que não haja violação da legislação, que um Banco de Ajudas Técnicas não ajuda muito se não houver capacitação tanto dos profissionais que a fabricam como dos que atendem as pessoas com deficiência, além da necessidade de um sistema de certificação e controle de qualidade das produzidas.

Brasil informou sobre a realização da Reatech – 4ª. Maior Feira de Ajudas Técnicas do mundo – realizada em São Paulo todos os anos, onde há apresentação de produtos para reabilitação de pessoas com deficiência.

Lembrou sobre a realização da Reunião Cumbre de las Américas - em Trinidad - Tobago em junho de 2009. Nesse sentido acompanhando a conclusão dos trabalhos do comitê da OEA propôs que o GT do Mercosul também acompanhasse a iniciativa, mantendo o tema pessoas com deficiência na pauta, especialmente por ser a década das américas.

Todos concordaram com a proposta.

A seguir comentou sobre a realização da II Conferência sobre os direitos da pessoa com deficiência no Brasil com 930 delegados, eleitos em conferências



80

estaduais com O tema: Inclusão, Participação e Desenvolvimento: Um novo jeito de Avançar. Convida os Estados Parte e Associados para participarem como observadores internacionais às expensas de cada país.

Ressalta que o tema deficiência intelectual será abordado com mais ênfase e que será enviada fichas e informações para inscrição daqueles países que tiverem interesse. A conferência será realizada em Brasília de 1 a 4 de dezembro de 2008.

A sociedade civil informou que estão sendo realizados também as conferências estaduais de direitos humanos e fóruns para indicarem delegados para a etapa nacional que será realizada em dezembro de 2008.

Com relação aos censos e estatísticas sobre pessoas com deficiência a representante da Argentina, informou que o Instituto especializado de seu país vem trabalhando com as orientações da CEPAL. O representante do Uruguais disse que também vêm efetuando estudos com a CEPAL mas que não tem clareza quanto ao estudo – se abordam também a área da pessoa com deficiência.

Brasil fez um resumo sobre a metodologia utilizada no Brasil deixando como proposta para a próxima reunião do GT a apresentação por cada um dos países das metodologias utilizadas.

O representante do Chile concordou com a proposta dizendo da importância de compartilhar os avanços ocorridos nos países quanto a metodologias utilizadas considerando as dificuldades encontradas quanto aos índices apresentados pelas distintas áreas – citando como exemplo os indicadores de deficiência entre a população indígena.



O representante da Venezuela levantou a questão das famílias protegerem e não declararem adequadamente a questão da deficiência nos estudos censitários.

Brasil informa que o Brasil teve que fazer uma campanha para preparar a população para fazer responder ao censo nacional e assim não se ocultassem no seio das famílias a informação por questões culturais.

O representante do Paraguai citou que o GT de indicadores em Direitos Humanos poderia abordar a questão sobre deficiência e propôs convidar um representante do Grupo de trabalho sobre indicadores DESC para expor sobre o estágio dos trabalhos do grupo, sobre harmonização de indicadores, em particular com relação a pessoas com deficiência.

A representante do Uruguai informou que existe uma ampla normativa no país sobre pessoas com deficiência começando pela constituição. No campo da saúde destaca a criação do programa nacional de deficiência- Pronadis em 2005 que estimula a promoção da saúde e o empoderamento das pessoas com deficiência. Também realizam campanhas de sensibilização nos diversos meios de comunicação.

Estão num processo de educação inclusiva, de eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas e de transporte. Estão realizando a inclusão no trabalho. Considerou que todos os programas citados necessitam ser melhor aprofundados para que os mesmos tenham efetividade e permitam que os resultados sejam alcançados.

Como boas práticas citou oficinas de sensibilização com servidores públicos e com os meios de comunicação para alcançar a cidadania das pessoas com deficiência; a criação da rede de voluntários como outra prática importante.



Outra atitude foi a criação de espaços inclusivos e o apoio ao movimento social para programas de inserção no mercado de trabalho privado.

A representante da Argentina ressaltou como pontos fortes o apoio político às questões ligadas a pessoas com deficiência tais como o financiamento pela lei do cheque, pensões sociais, a participação de todos os Ministérios em um Conselho Técnico, a forte coordenação da Universidade, o processo de envolvimento dos Ministros de seu país com a temática no Conselho Nacional de Políticas Sociais passando a existir uma responsabilidade transversal. Mencionou a gratuidade nos transportes.

Continuando, citou as oficinas com a participação das famílias, o incentivo ao desporto, a inclusão de pessoas com deficiência nos centros de convivência que estão ligados ao Ministério de Desenvolvimento Social, a boa resposta que obtiveram com a capacitação dos profissionais para atuarem com o processo de reabilitação na comunidade. Citou ainda a boa articulação dos jovens com e sem deficiência. Mencionou um certificado de deficiência de âmbito nacional.

Quanto aos pontos considerados frágeis, destacou:

Desequilíbrio territorial, necessidade de conscientização plena, baixa inclusão no mercado de trabalho, menor atuação das organizações da sociedade civil nas zonas norte do país, falta de envolvimento dos governos para atenção de proteção desse segmento, falta de transporte acessível, o descumprimento das normas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência que precisam ser transformadas em ações concretas, maior atenção para a população pobre que vive no interior onde faltam profissionais para o atendimento e ainda a dificuldade de inclusão na educação por desconhecimento na formação dos professores – tema ainda não resolvido.

Deixou com proposta para ações conjuntas:

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature with '20' above it, and several other signatures on the right.



- Decisão política
- Financiamento para a área
- Conscientização, organização e respeito
- Cumprimento das normas
- Equidade, solidariedade e voluntariado (RBC)
- Consulta às pessoas com deficiência
- Investimento no capital humano.

Países Membros

Pela República Federativa do Brasil

Pela República Argentina

Pela República do Paraguai

Pela República Oriental del Uruguai

Países Associados

Pela República do Chile

Pela República Bolivariana da Venezuela